

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A

D.D. DIRETORIA

SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV

Examinamos as demonstrações financeiras do **SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e os balanços orçamentários e financeiros e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do **SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### OPINIÃO

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da **SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV** em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio social e os seus fluxos de Caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Lei 4.320/64.

## ÊNFASE

A entidade divulga em nota explicativa a transferência e titularidade dos imóveis do IPESP e da CBPM para a SPPREV através do Decreto nº 57.181 de 29 de Julho de 2011, valor de mercado em 2008 R\$ 115.397.000,00. Porém, a CBPM levanta a questão de que não são todos — dentre seus imóveis — que foram adquiridos através de recursos de seus servidores públicos. A PGE então arbitrou que estudaria o caso de cada um desses imóveis para então decidir quais devem migrar para o Patrimônio Imobiliário da SPPREV e quais devem continuar com a CBPM. Esses imóveis, enquanto a PGE não define tal questão, não serão incorporados ao patrimônio da SPPREV.

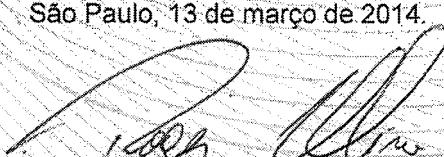
A SPPrev é ré em processos trabalhistas relacionados a benefícios, para os quais não constitui provisão para contingências, em razão de que a Lei Complementar nº 1.010 de 1º de junho de 2007, artº 27, onde determina que quando as contribuições não cobrirem os valores previdenciários o Estado de São Paulo fornecerá os recursos.

## OUTROS ASSUNTOS

### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram auditadas por nós e emitimos relatório em 03 de maio de 2013, com a ênfase quanto as contingências trabalhistas relacionadas aos benefícios e quanto a: a) Enfatizamos que existem imóveis recebidos pela SPPrev em 2011 por decreto do Governo do Estado de São Paulo, cerca de R\$ 400 milhões, que não estão registrados na contabilidade da entidade em razão não possuir a titularidade legal dos mesmos. b) A base de dados dos beneficiários inativos apresenta inconsistência no lay-out, das informações, cerca de 7,5%, não sendo possível determinar os efeitos desses sobre as demonstrações contábeis.

São Paulo, 13 de março de 2014.



MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA - ME  
2 CRC 4.773 "S" SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
Responsável Técnico  
Contador 1 CRC 71.505 "S" SP